

CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO
PSICOLOGIA

YARA SANTOS TEIXEIRA LIMA, 100015

**O impacto da inclusão familiar de crianças com necessidades especiais sobre
o processo de inclusão escolar.**

Itu
2018

YARA SANTOS TEIXEIRA LIMA, 100015

**O impacto da inclusão familiar de crianças com necessidades especiais sobre
o processo de inclusão escolar.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro
Universitário Nossa Senhora do Patrocínio para obtenção do
título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Mestre Bruna Fenocchi Guedes Campos

Orientadora metodológica: Prof^a Mestre Vivian Bearzotti Pires

Yara Santos Teixeira Lima, acadêmico do curso de Psicologia, orientado pelas professoras Ms. Bruna Fenocchi Guedes Campos e Ms. Vívian Bearzotti Pires, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC atende as normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos, previstas no Manual para Elaboração do TCC. As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem da ideia do autor com as respectivas obras e anos de publicação. Caso não apresentem estas indicações, caracterizando crime de plágio, estou ciente das implicações legais decorrentes deste documento.

O Código Penal em vigor, no título que trata dos crimes contra a propriedade intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, por qualquer meio, com o intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do § anterior incorre quem vende, expõe a venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, empresta, troca ou tem em depósito, com o intuito de lucro original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral. (Lei nº 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a Legislação sobre Direitos Autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pag. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no TCC, eximindo o Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio e os professores e orientadores do TCC de qualquer responsabilidade civil e criminal. O signatário declara que autoriza publicação do manuscrito referente ao TCC, tendo o Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio o direito de disponibilizá-lo de forma impressa na biblioteca.

Itu, 13 de novembro de 2018.

Assinatura do Acadêmico:

Yara Santos Teixeira Lima

Nome: LIMA, Yara Santos Teixeira.

Título: O impacto da inclusão familiar de crianças com necessidades especiais sobre o processo de inclusão escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico esse trabalho ao meu anjinho Gustavo e seus pais Elizete e Carlos, por serem a melhor família que nosso grande menino poderia ter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais nada, a Deus, pela sua presença em minha vida e por ter permitido que eu chegasse até aqui.

Gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho a toda minha família, especialmente para minha mãe Tereza, meu pai Ivan e minha irmã Mayara, que com todo amor e carinho, se mantiveram ao meu lado.

Ao meu namorado e amigo Gustavo, por estar sempre motivando, acreditando e cuidando de mim com seu amor e suas doces palavras.

Agradeço a todos meus colegas de sala pela trajetória, particularmente aos meus amigos de graduação, Gabriela C, Isabela e Jaqueline, por sempre estarem por perto.

Agradeço a duas colegas, que estiveram presentes a todo o momento, tornando-se amigas e irmãs, que levarei para o resto da minha vida, Jéssica e Juliene.

A minha grande amiga Rosângela, por acreditar em meu potencial e minha profissão, trazendo luz e boas energias a todo momento.

Aos meus professores, orientadores e supervisores que são os alicerces dessa formação.

E a todos aqueles que de alguma forma estiveram ao meu lado, durante todos esses anos, principalmente eu mesma, pela dedicação e persistência.

“Apenas seja quem você quer ser, não o que os outros querem ver”.

(EXTRAORDINÁRIO)

LIMA, Yara Santos Teixeira. **O impacto da inclusão familiar de crianças com necessidades especiais sobre o processo de inclusão escolar**. 2018. (Trabalho e Conclusão de Curso) – Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, CEUNSP, Itu, 2018.

RESUMO

A inclusão de crianças com necessidades especiais vem sendo cada dia mais discutida na sociedade, principalmente sob a ótica de sua inserção ao ensino regular, ou o papel da família no cuidado e aceitação da deficiência. Olhar para o contexto familiar e educacional de maneira conjunta possibilita observar como é construída essa relação e o quanto ela poderá contribuir para o desenvolvimento bio-psico-sociocultural desse sujeito e sua real inserção social. Dessa forma, o presente trabalho, através de uma revisão bibliográfica, teve por objetivo compreender como a relação entre o processo de inclusão familiar da criança deficiente poderá influenciar no processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão; família; escola; deficiência.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA	12
1.1 Deficiência	14
2 FAMÍLIA.....	16
2.1 Nascimento de uma criança com deficiência.....	16
2.2 Reflexos da família no desenvolvimento e diagnóstico.....	17
3 INCLUSÃO SOCIAL/ESCOLAR.....	20
4 PROFESSORES	24
DISCUSSÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

APRESENTAÇÃO

Observa-se atualmente na sociedade discussões acerca da Inclusão Social. Dessa maneira é de grande relevância olhar para a família e a escola, pois são contextos diretamente ligados ao desenvolvimento do indivíduo e os dois primeiros núcleos sociais dos quais participam. Esses diferentes contextos, que na realidade estão interligados, tratarão a inclusão das crianças com necessidades especiais de várias formas, e esses movimentos devem ser discutidos, uma vez que podem influenciar em quem serão esses sujeitos nos outros núcleos sociais. Esses contextos, quando trabalhados juntos, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das crianças com deficiência (FREITAS; LAZZARETTI, 2016).

Assim sendo compreender quais impactos o processo de inclusão familiar pode gerar sobre a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais é uma das premissas desse estudo. O elo entre a família e escola é um fator importante no processo de inclusão, como essa relação vai ser estabelecida, acarretará implicações diretamente ligadas ao desenvolvimento social e cognitivo da criança e conseqüentemente ao seu sucesso escolar (CIA; MATURANA, 2015).

Dessa forma, a ideia de pesquisar sobre a relação entre família-escola na perspectiva de inclusão partiu primeiramente do apreço pela área educacional e necessidades especiais. Além disso, um de meus estágios foi no âmbito escolar, onde tive a oportunidade de observar o quanto a inclusão vem crescendo nesse contexto, e como existe despreparo dos profissionais em relação ao portador de deficiência, bem como as inseguranças, despreparo e dúvidas que vem da família, no que se refere a criança com necessidades especiais. “É necessário compreender o papel e o envolvimento da família no desenvolvimento humano e assim sua influência nas relações sociais e redes de apoio da criança com deficiência, como a escola” (CIA; MATURANA, 2015, p.350).

Trazer essa temática para discussão, poderá contribuir na maneira de compreender como a inclusão familiar é importante no desenvolvimento da criança, não só como sujeito, mas também em como será sua inserção ao meio educacional. Discutir o impacto desses processos, é falar de professores, gestores, pais, família e indivíduo. Um bom relacionamento entre família, escola e profissionais possibilita

outro olhar para as habilidades e potencialidade da criança com deficiência (FREITAS; LAZZARETTI, 2016).

Por outro lado, não falar sobre a inclusão e suas variáveis, é negar uma realidade social crescente e atual, é excluir o próprio processo de integração do sujeito com necessidades especiais na sociedade. De acordo com Cia e Maturana (2015) é necessário o envolvimento de todos para que o processo de inclusão se instaure, assim é possível a adequação mútua de família, profissionais, escola e criança, possibilitando seu acesso a todos os espaços.

As questões pertinentes que envolvem família e a escola são temáticas bastante discutidas nas ciências humanas, entretanto as pesquisas deixam uma brecha na influência entre os dois temas, levantando discussões apenas sobre um ou outro (CIA; MATURANA, 2015). Pensando nesse contexto, a produção de pesquisas e trabalhos sobre os impactos no processo de inclusão familiar em relação a inclusão escolar se tornam cada vez mais pertinentes, contribuindo não só para o curso de Psicologia, principalmente das áreas educacionais, de desenvolvimento infantil e necessidades especiais, como também aos campos destinados a educadores e pedagogos.

Esse trabalho foi formulado a partir de uma revisão bibliográfica. A pesquisa aconteceu através de consultas realizadas em livros, dissertações, artigos e revistas que discutam temas sobre a relação e impactos entre o processo de inclusão familiar e escolar, através de palavras chaves como: família-escola, psicologia, inclusão, integração, inclusão social, necessidades especiais, aceitação, todos indexados em sites de busca como: Scielo, Google Acadêmico e Capes.

1 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA

Conforme Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), a sociedade ao longo da história, passou por diversas formas de olhar a pessoa com deficiência, ocupando um processo longo e intenso durante sua trajetória. De acordo com Aranha (2005), as condições sócio históricas e a maneira de ver e agir com a pessoa deficiente também foram sendo modificadas ao longo da história, antes o que sofria por segregação e exclusão passa a ser olhado como sujeito de direito e atenção, vivendo hoje o árduo processo de inclusão.

Não existem muitos registros da posição da sociedade em relação a deficiência na antiguidade, o que existe na literatura são questões referentes à economia. Além disso, encontram-se alguns relatos sobre o tratamento dos Espartanos e Romanos no que se refere o nascimento de crianças com alguma deformidade, nesse contexto aqueles ditos como fracos e defeituosos eram eliminados ou descartados (ARANHA, 2001)

Desde a antiguidade, os ditos “anormais” foram excluídos do convívio social. Isso foi mudando aos poucos conforme se desenvolve um olhar que volta para o direito de igualdade dessas pessoas. A deficiência normalmente era confundida com doença mental, retirando esses sujeitos de seus lares e do meio social (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Durante a antiguidade, a comunidade tinha suas atividades centradas no artesanato e agricultura, nesse momento, a sociedade era dividida entre nobres e servos, de maneira que a nobreza detinha do poder social, político e econômico do povo, enquanto os servos produziam e eram submissos e dependentes dessa nobreza. Nesse contexto, a pessoa compreendida como diferente ou com alguma limitação, era excluída da sociedade através do abandono (ARANHA, 2001).

Segundo Aranha (2001), durante a idade média, a organização política mudou, houve o fortalecimento da igreja católica e da política. O cristianismo surge com potência e se sustenta no discurso de que todos são filhos de um Deus e possuidores de almas. Dessa maneira, é formado um novo seguimento, uma nova classe social, constituída pelos membros do clero.

Assim como na antiguidade, a pessoa com deficiência era ignorada e considerada doente ou defeituosa, deixada a mercê do destino, sobrevivendo com a ajuda da caridade humana. Com a Igreja no comando, qualquer situação ou pessoa

que pudesse colocar em risco seu poder seria vítima de perseguição, tinham como argumento acabar com os chamados Hereges. Dessa forma, o deficiente era um alvo fácil, sendo perseguidos e torturados com a justificativa de que algo sobrenatural os comandava. Com a reforma protestante, o clero começa a perder sua posição dominante e o tratamento aos deficientes vistos como “endemoniados” começa a dissipar (ARANHA, 2005).

No século XVI, com a revolução burguesa, houve uma mudança no sistema de produção mercantil, o capitalismo começa a ser protagonista do sistema econômico. Em relação a deficiência, surgem ideias sobre sua natureza, e essa passa ser tratada através de alquimia, magia e astrologia. Nesse período, já começam a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, que são apenas lugares para confinar aqueles que não correspondiam a um padrão social, dito como normal (ARANHA, 2001).

Durante o século XVII, pela reorganização socioeconômica que o mundo estava passando, percebe-se que os indivíduos não são iguais e merecem respeito as suas diferenças. Assim, a educação que antes era fornecida pela igreja, passa ser oferecida pelo Estado. No entanto, a pessoa com deficiência ainda era segregada, e buscavam por uma causa ambiental para a deficiência (ARANHA, 2001).

Em meados do século XVIII, a saúde mental foi considerada hereditária e incurável, era cuidada pela medicina, por meio de institucionalização. O lugar das pessoas com deficiência era em hospícios, albergues e asilos. O processo era tirar a pessoa de sua comunidade, colocar em instituições situadas em locais distantes do convívio social e familiar, isolando de qualquer contato. Esse processo de institucionalização é o primeiro paradigma da relação sociedade-deficiência. Embora esse tipo de instituição exista desde o século XVI, só tiveram suas características negativas apontadas, a partir das críticas levantadas por Erving Goffman em 1962, sobre os efeitos que a vida na instituição pode causar ao indivíduo (ARANHA, 2001).

De acordo com Aranha (2001), durante a década de 1960 começam a ocorrer mudanças no padrão da relação da sociedade com o deficiente, isso por que se inicia no mundo ocidental um movimento de desinstitucionalização, em uma nova tentativa de integrar o deficiente. Aqui é construída a ideia de integração, partindo do fundamento de uma mudança no indivíduo com deficiência para que este se assemelhe aos demais cidadãos, assim poderiam ser inseridos e integrados ao convívio social. Entendia-se que a comunidade deveria oferecer serviços e recursos para contribuir com o processo de tornar o sujeito com deficiência o mais “normal”

possível, aqui surge o paradigma de serviço, caracterizado por essa oferta. No entanto, esse modelo logo começa a sofrer críticas, basicamente por buscar uma “normalização” do indivíduo.

Nesse momento, é constituído o paradigma de suporte, caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito a convivência não segregada e ao acesso aos mesmos recursos disponíveis para os demais cidadãos. Embora o deficiente precise do serviço de avaliação e capacitação, é necessário também que a comunidade contribua com o acesso de todos independente de qualquer singularidade. Esse paradigma de suporte, que vai desde um suporte social, físico e econômico, ofereceu a possibilidade de construir o processo que conhecemos hoje como inclusão (ARANHA, 2001).

1.1 Deficiência

*Se cada ser é só um
E cada um com sua crença
Tudo é raro, nada é comum
Diversidade é a sentença
(Lenine- diversidade)*

Possivelmente a diversidade e a singularidade sejam atributos importantes para considerar o indivíduo. Esse que, além de modificar e ser modificado pela sua própria história, está sujeito a uma infinidade de singularidades e diferenças presentes em seu meio.

A compreensão acerca da deficiência nos dias de hoje, requer resgate sobre o lugar que veio sendo ocupada. Termos como “Incapazes” ou “Inválidos” designavam pessoas com deficiência, essas colocações foram sendo modificadas ao longo do tempo (BAPTISTA et al., 2012).

De acordo com Buchalla e Farias (2005), a (Organização Mundial de Saúde) (OMS) garante a construção de modelos consensuais que devem ser agregados ao sistema de saúde, o qual contribua para uma prática comum na descrição de dificuldades ou intervenções em saúde. Dessa maneira, em 1980, a OMS recomenda a utilização da (Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens) (CIDID) para estruturar essa linguagem universal com relação às deficiências. À vista disso, a terminologia usada para referir-se ao deficiente vem passando por um grande

processo de ressignificação através da história. Como forma de enfatizar a pessoa e não a sua deficiência, houve a preocupação em tentar diminuir ou aplicar de maneira correta o uso de nomenclaturas, como “portador de deficiência ou necessidades especiais” para “pessoa com deficiência” (BAPTISTA et al., 2012).

Esse material construído através da OMS propõe a discussão de três conceitos importantes, a diferença entre deficiência, incapacidade e desvantagem. A deficiência é entendida como qualquer prejuízo relacionado ao corpo, seja de forma fisiológica, psicológica ou anatômica, a incapacidade como uma falta de competência para exercer determinadas atividades e a desvantagem ocupando o lugar de impedimento para realizar essas tarefas. Essa forma de olhar a deficiência sofreu alterações com as questões trazidas pela (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) (CIF) (BAPTISTA et al., 2012).

Conforme Buchalla e Farias (2005), a CIF é um documento que complementa a CIDID, propondo um novo paradigma a respeito da deficiência. Sai de um olhar enfatizado no biológico, para considerar aspectos psicológicos e sociais.

Atribuindo a funcionalidade como aspectos positivos, e a incapacidade como negativo. De acordo com a CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, o termo deficiência

Corresponde a alterações apenas no nível do corpo, enquanto o termo incapacidade seria bem mais abrangente, indicando os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma determinada condição de saúde) e seus fatores contextuais (fatores ambientais ou pessoais), ou seja, algo que envolva uma relação dinâmica. Um indivíduo pode apresentar uma deficiência (no nível do corpo) e não necessariamente viver qualquer tipo de incapacidade. De modo oposto, uma pessoa pode viver a incapacidade sem ter nenhuma deficiência, apenas em razão de estigma ou preconceito (BUCHALLA; DI NUBILA, 2008, p.330).

2 FAMÍLIA

Para Freitas e Lazzaretti (2016), não existe mais um modelo padrão de família, atualmente os grupos familiares são construídos de diferentes formas, trazendo sua história e características próprias. O que continua da mesma forma é a importância desse âmbito para o indivíduo, além de ser o primeiro núcleo em que a criança está inserida, fazendo desse meio um espaço que contribua para produção de identidade social.

Pensando nas contribuições que o núcleo familiar pode proporcionar ao sujeito, as autoras Sá e Rabinovich (2006), esclarecem que a primeira rede de proteção, produção de cuidado e acolhimento de uma criança vem da família, essa é um dos principais agentes da socialização e integração do indivíduo, é nesse contexto em que se apreende valores e significados que agregarão a subjetividade da criança, desde seu nascimento até o fim da vida. Dessa forma, a família será responsável por ter sua identidade sendo passada de geração em geração.

É na família que a criança, quando ainda é um bebê, estabelece vínculos afetivos importantes para sua autoconfiança e independência, além de favorecer para o fortalecimento da confiança nas outras pessoas. Para uma criança com deficiência, uma rede de apoio familiar estruturada será de grande importância para ampliar as possibilidades desse indivíduo, principalmente pensando na autoestima (SÁ; RABINOVICH, 2006)

2.1 Nascimento de uma criança com deficiência

Conforme contextualizado por Buscaglia (2006), o nascimento de uma criança para maioria das famílias é um momento de celebração e alegria. Em outros casos, pode não ser um momento de tanta felicidade, já que a descoberta de uma criança com deficiência, em sua grande maioria, é um momento de confusão e medo, mudando de maneira radical o estilo de vida da família. Em suma, Jr e Messa (2007) afirmam que a chegada de uma criança gera mudanças em toda estrutura familiar.

Sá e Rabinovich (2006) destacam que as experiências vividas pelas famílias, vão influenciar na maneira como vão enfrentar os desafios de cuidar de uma criança. Além disso, asseguram que os pais criam expectativas e planos para os filhos antes

mesmo do nascimento. Dessa forma, quando existe o diagnóstico de deficiência, a família poderá passar por uma grande crise.

Esse nascimento transforma toda a dinâmica familiar e modifica os papéis sociais, dando outra identidade a este núcleo. Segundo Cia e Maturana (2015), essas transformações já são esperadas no nascimento de uma criança, no entanto a vinda de um deficiente poderá gerar um conflito de sentimentos e preocupações constantes em relação ao presente e futuro dessa criança que acompanhará a família por toda a vida. Além disso, o nascimento do filho com deficiência fomentará um momento para família de enfrentamento de tudo o que foi idealizado para a nova realidade, na verdade é um processo de compreensão acerca dessa mudança que não era esperada. Essa etapa poderá ser considerada como uma fase de luto à ser encarado pela família, onde ocorrerá a frustração pela perda do filho almejado e o reconhecimento de uma criança pertencente a uma nova realidade (SASSI, 2013).

Outra questão delicada e importante é o momento em que os pais recebem a notícia da deficiência do filho. É um período em que a família vive uma angústia intensa, em que uma orientação inadequada pode gerar mais conflitos e possíveis interferências no vínculo com a criança. É preciso um acompanhamento integral a família, para ocorrer um processo de aceitação e não rejeição. É necessário que as equipes de saúde e assistência informem e acompanhem a família em todo desenvolvimento (BARBOSA; LEMES, 2007).

Dessa forma, é evidente que o processo de incluir a criança com deficiência começará não só na inclusão familiar, como também dos profissionais que estarão envolvidos nesse movimento. Para isso, é necessário que

A equipe de saúde seja compreensiva, proporcionando conforto no que se refere ao sentimento de culpa, incerteza e medo, alguma ideia sobre o futuro dos pais e da criança e, principalmente, esperança e encorajamento no sentido de ajuda-los a aceitar o desafio que terão de enfrentar (BARBOSA; LEMES, 2007, p.442)

2.2 Reflexos da família no desenvolvimento e diagnóstico

Como se dará o desenvolvimento do sujeito com deficiência ao longo da vida é uma das questões pertinentes para aqueles que fazem parte de sua trajetória. A família, sendo o primeiro núcleo de contato do sujeito, terá forte influência sobre seu desenvolvimento (SALES, 2017).

De acordo com Sales (2017), quando se tem um deficiente na família, todos os integrantes são modificados de alguma maneira devido a convivência. A partir do diagnóstico, é necessário que a família se organize e busque compreender a nova realidade. Antes mesmo do nascimento, existe uma expectativa significativa da família em relação a criança. Através das idealizações, planos vão sendo construídos, gerando expectativas em todos. No momento em que nasce uma criança fora do esperado, é imposta uma nova realidade a toda família. A família passará pela perda do filho idealizado, concomitantemente, pelo processo de luto, para depois o filho real existir.

Conforme Sales (2017), mesmo antes do diagnóstico, pode existir na família um sentimento de negação da deficiência do filho, podendo ser passageiro ou perdurar ao longo de todo seu desenvolvimento. A maneira com que a família passa por esse processo vai influenciar nos próximos passos. Na maioria dos casos, as mães esperam que o desenvolvimento do filho melhore, entrando em uma busca pela “cura” ou “milagre”.

Habitualmente o maior contato do deficiente durante sua vida é com os pais, contudo os irmãos, colegas e outros membros da família têm um papel fundamental no desenvolvimento dessa criança. Com ou sem deficiência, o contexto em que vive o indivíduo terá influências significativas sobre seu desenvolvimento. Dessa forma, a maneira como a família irá acolher e incluir o deficiente poderá influenciar de maneira satisfatória ou insatisfatória em seu desenvolvimento (SALES, 2017).

Sales (2017) ressalta que independente da especificidade de cada deficiência, irá promover grande impacto nas famílias, ou seja, a maneira em que a família vai processar e lidar com as informações referentes ao convívio com uma criança deficiente, influenciará em todo o resto. Dessa forma, refletir sobre o impacto que a família tem no desenvolvimento do deficiente, considerando as vivências, desafios e singularidades de cada contexto, terá como contribuição melhorar a qualidade de vida desses, potencializando o desenvolvimento bio-psico-social de todos.

A criança é idealizada pela família, durante meses ou até anos, tem um futuro todo planejado, é tudo pensado. Essa ação de idealização, acompanhada de perspectivas futuras, faz com que esse bebê exista antes mesmo de seu nascimento. A descoberta do diagnóstico não esperado interrompe todo o planejamento, sendo necessária a reorganização. A culpabilização torna-se o principal fenômeno desse

momento, seguido da sensação de proteger do mundo, aquele filho “especial” (SALES, 2017).

Sales (2017) diz que após o momento de diagnóstico, a família passará por um período de desesperança. O planejamento de vida precisará ser ressignificado. É importante nessa etapa o apoio e atenção de amigos, familiares e principalmente profissionais.

Virão fases como o momento da notícia, gerando sentimento de culpa, choque e muitas vezes raiva, em seguida um processo de adaptação para aceitar e compreender a nova realidade é a fase de apatia, em que existe um desejo de não expressar as sensações e sentimentos existentes, no entanto, eles estão presentes, mesmo que em forma de vazio. Quando se aceita o sentimento, é possível vivenciar o luto do filho que existiu “nas idealizações” e aceitar o que veio na “nova realidade” (SALES, 2017).

Segundo Sales (2017), quando a criança cresce e se desenvolve em sua realidade, a família começará a se preocupar com seu desenvolvimento. Aqui a família pode tornar-se uma rede de apoio ou o contrário. Cada membro desempenha um papel singular e fundamental, ressignificando valores e padrões que serão importantes para o desenvolvimento do filho.

Em síntese, Sales (2017) compreende que existe uma preocupação dos familiares referente a como será o desenvolvimento desse filho, refletindo em um desgaste gradativo e intenso, isso por envolver questões referentes não só a inclusão em si, mas também ao investimento afetivo, familiar, profissional e financeiro da família. Consequentemente, a família pode não permitir que o filho experiencie os desafios e frustrações imanentes as adversidades, excedendo no zelo e superproteção, provocando uma postura de mútua dependência, podendo prejudicar o desenvolvimento biopsicossocial do sujeito.

3 INCLUSÃO SOCIAL/ESCOLAR

Atualmente a inclusão vem sendo debatida, principalmente nos campos sociais e educacionais, proporcionando um momento de valorização da diversidade humana e conduzindo a diversas transformações no contexto escolar. Pensar na educação hoje, é refletir sobre os processos de inserção nos diversos grupos sociais (FERREIRA; VICENTI, 2016).

Em concordância com Amorim, Roriz e Rossetti-Ferreira (2005), essa é uma abordagem que vem sendo cada vez mais discutida no campo das políticas públicas e direitos humanos. No caso da deficiência, a inclusão entra como forma de incluir sua participação na sociedade em geral, mas principalmente em instituições de ensino. A inclusão social e escolar deve ser tratada como partes do mesmo processo, mesmo que cada uma tenha suas particularidades enquanto ideais, são processos que acontecem juntos.

Segundo Amorim, Roriz e Rossetti-Ferreira (2005), a inclusão social é responsável por abordar questões referentes às diferenças e a participação igualitária dos cidadãos na sociedade. A diversidade tem emergido, e com ela a necessidade de garantir respeito e direito a participação social de cada indivíduo. Nesse sentido, a inclusão social pressupõe a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana. Não há uma definição comum sobre inclusão, ela está presente em todas as formas de pensar a garantia de direitos. Fala-se em inclusão social, digital, cultural, econômica, escolar, entre outras.

Conforme Ferreira e Vicenti (2016) afirmam que as políticas de inclusão advêm de movimentos sociais, que durante anos buscaram promover a cidadania como direito essencial a vida. A criança com deficiência no ensino regular veio conquistando seu espaço. Essa trajetória de lutas e conquistas ainda continua, pois, a inclusão precisa ser consolidada no coletivo.

Durante o caminho da inclusão escolar, o primeiro espaço que teve o princípio de educação especial foi entre 1854 e 1857, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos. A partir de 1954, surgem as primeiras APAES, com o intuito de oferecer educação e reabilitação, e somente no início da década de 80, as crianças com deficiência começam a ser integradas nas escolas regulares. Por muito tempo, essas pessoas foram excluídas e discriminadas (FERREIRA; VICENTI, 2016).

Segundo Ferreira e Vicenti (2016), em 1988, a Constituição Federal promoveu novas diretrizes, de forma que a educação seja um direito de todos os cidadãos, sendo dever do estado, da família e da sociedade, garantir esse acesso. Para reforçar esse direito, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) apresenta, em 1990, a lei nº 8069, que assegura a proteção integral à criança e ao adolescente.

Até aquele momento, a educação especial ainda não era mencionada com grande importância, apenas em 1994 com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida em Salamanca na Espanha, é que se discute a importância de garantir o acesso do deficiente no ensino regular. A declaração de Salamanca ressalta que para as escolas serem realmente inclusivas deverão ter um sistema flexível e adaptativo, levando em consideração a necessidade de cada um (FERREIRA; VICENTI, 2016).

Figueira (2014) afirma que por muito tempo houve a necessidade de esconder a criança com deficiência do convívio social. A Declaração de Salamanca pode contribuir na mudança dessa perspectiva, pois trouxe em seus princípios políticas que propiciaram a integração do deficiente no meio social e a inserção desse indivíduo no ensino regular. Dessa forma, a inclusão escolar e social passa a ganhar espaço.

A maneira de enxergar essa inserção como apenas uma integração favorecia, de certa forma, para uma adaptação apenas da pessoa com deficiência em seu meio. Investir na inclusão permitiu resgatar o papel da sociedade, colocando também sobre ela a responsabilidade de contribuir para a inserção dessas pessoas ao meio social de forma integral e igualitária (FIGUEIRA, 2014).

Silva (2015) contempla a ideia de uma nova perspectiva, segundo a qual se baseia o processo de inclusão vem passando ao longo dos anos. Assim, compreende-se que a inclusão vem acontecendo progressivamente, possibilitando a promoção do desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

Além disso, Ferreira e Vicenti (2016) destacam que o sistema educacional deve adotar o princípio de inclusão como forma de lei e política, matriculando todas as crianças no ensino regular, independentemente de suas peculiaridades.

De acordo com Ferreira e Vicenti (2016), em 1996, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que surge com contribuições acerca da criança deficiente, definindo que o acesso da pessoa com deficiência a escola, deverá ser oferecido preferencialmente em rede de ensino regular. Já em 2007, é

lançada a Política Nacional de Educação Especial (PNE), na perspectiva da educação inclusiva.

A partir do art.58 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação nº12796/2013, entende-se que a educação especial se trata de uma modalidade de ensino ofertada preferencialmente no ensino regular para aqueles com alguma deficiência, enquanto a educação inclusiva ocupa o lugar de atendimento especializado para esse público. Contudo, o objetivo é que exista a possibilidade de um ensino acessível e igual para todos (SILVA, 2015).

Algo pertinente nas discussões referentes ao ensino inclusivo, é a inserção da criança com deficiência nesse meio, principalmente considerando as expectativas da família quanto a esse momento (CIASCA; CINTRA; RODRIGUES, 2009).

Quando se fala em inclusão, logo vem a função do professor como único responsável pelo fracasso ou sucesso desse aluno ao longo de seu desenvolvimento educacional. Mas para construir uma escola e sociedade inclusivas, com bons resultados, é necessário a colaboração da escola, da direção, professores, funcionários, alunos e família, sendo papel de todos a responsabilidade de incluir esse sujeito na sociedade (FERREIRA; VICENTI, 2016).

Ciasca, Cintra e Rodrigues (2009) destacam que, para fortalecer um modo de potencializar as capacidades de crianças com necessidades especiais e promover uma efetiva inclusão, é preciso o apoio não só das instituições de ensino como da família (SILVA, 2015). Uma vez que a demanda surge e a cada dia se intensifica, é necessário um reajuste em outras questões. Assim, o crescimento de crianças deficientes no âmbito de ensino regular exige uma grande participação não só da família, mas também dos profissionais envolvidos no processo para promover a inclusão.

Logo, Silva (2015) relata que o vínculo familiar com a escola, contribui para o processo de ensino e aprendizagem da criança, ou seja, a escola e a família são vias duplas de acesso à socialização do indivíduo, uma complementa o trabalho da outra, fazendo com que seja importante o investimento dessa relação.

A família tem papel ativo no processo de inserir esse sujeito nos outros contextos sociais, isso inclui a escola e os profissionais. A maneira como a família age com essa criança e se relaciona com o sistema educacional provavelmente mudará completamente a forma como o sujeito se adaptará ao meio social (CIASCA; CINTRA; RODRIGUES, 2009)

Em suma, o processo de inclusão deverá ser abrangente, tornando o indivíduo “diferente” parte do processo, onde todos estejam efetivamente envolvidos (FERREIRA; VICENTI, 2016).

4 PROFESSORES

*“É que não existe
Ensinar sem aprender
O ato de ensinar exige
A existência de quem ensina
E de quem aprende”
(Paulo Freire)*

A escola é considerada um dos meios sociais responsáveis pela transformação do sujeito, espaço de construir pensamentos, compartilhando conhecimentos, valores e cultura. Logo, as diferenças fazem parte do que torna esse ambiente diversificado e repleto de possibilidades. Cada indivíduo que faz parte desse contexto, deverá ser tratado de maneira igualitária e sua singularidade pode ser encarada como meio de mudança e não obstáculo. A peculiaridade de cada sujeito e o grupo a que pertence dizem respeito a como essa diversidade funcionará, dessa maneira é importante compreender a escola em todo seu meio social. Pensando a inclusão como instrumento de igualdade, diversidade e integração, é necessário considerar os profissionais que lidam diretamente com as crianças (GLAT et al., 2006).

Nesse capítulo, a intenção é resgatar qual a posição do profissional hoje frente aos desafios que a inclusão fomenta, como o professor e toda a equipe educacional vêm sendo formada e orientada para contribuir com uma educação universal e de inserção integral para as crianças com deficiência.

Conforme Arruda e Silva (2014), dividir o conhecimento é um processo de troca, de interação entre aquele que ensina e o que aprende, assim a relação entre professor e aluno deve ser fundamentada num relacionamento de afetividade que permita o fortalecimento dessa união. Quando o assunto é a inclusão, refere-se ao todo se moldar na realidade daquele que é visto como diferente, possibilitando o crescimento pessoal, social, profissional e familiar desse indivíduo.

O educador ou profissional desse meio, estará sempre em processo de aprendizado e deve desenvolver um trabalho que olhe para todos. Além disso, é importante a existência de um vínculo íntegro entre a equipe, em direção ao trabalho multidisciplinar do grupo, garantindo a troca de experiências, vivências e ideias que ajudem na prática da inclusão (ARRUDA; SILVA, 2014).

De acordo com Lima-Rodrigues e Rodrigues (2011), a educação inclusiva vem passando por uma reforma, segundo a qual, professores devem ser formados em modelos de ensino diferentes dos tradicionais, a intenção é estender o olhar para a contemporaneidade e visualizar, em uma perspectiva sociocultural, qual o lugar que a educação vem ocupando atualmente. A ideia é de que os profissionais em sua própria formação, passem a ser agentes de mudança no âmbito escolar, abrangendo valores e práticas não apenas de mudanças curriculares, mas de desenvolver a capacitação de todos os alunos de forma global.

O papel do educador na sala de aula é complexo e repleto de responsabilidades que deverão ser executadas de acordo com o programa de ensino, além de dominar um conjunto de conhecimentos, hoje o professor está frente a tecnologia e informações que se transformam a cada segundo, conseqüentemente a prática do profissional deve acompanhar esse processo, e aí começam alguns dos desafios a serem enfrentados (LIMA-RODRIGUES; RODRIGUES, 2011).

Em relação a esses desafios, Brum (2009) garante que o professor precisa ressignificar seus próprios paradigmas a fim de aprimorar seu próprio desenvolvimento pessoal para transformar sua prática. Desse modo, a formação continuada é uma forma de auxiliar na capacitação desses profissionais.

DISCUSSÃO

Freitas e Lazzaretti (2016) afirmam que a família e a escola são responsáveis por administrar funções referentes à educação, contribuindo e influenciando na formação do sujeito. Assim, o âmbito escolar e familiar, devem trabalhar de forma conjunta para que se tenha uma relação saudável, influenciando no desenvolvimento do sujeito.

Em se tratando de uma criança com deficiência, a dinâmica familiar é ainda mais significativa para a vida do sujeito. À vista disso, é importante pensar em quais possíveis impactos o processo de inclusão familiar pode acarretar sobre o processo de inclusão escolar, ou seja, a maneira que a família vai lidar com a criança deficiente, desde seu nascimento até seu desenvolvimento, poderá se dar de forma inclusa ou exclusiva. Esse movimento, possivelmente influenciará nos outros núcleos sociais, como a escola, que a criança futuramente irá fazer parte. Em concordância, Cia e Maturana (2015) relatam que o sucesso na relação entre família-escola tem sido apontado na literatura como um dos principais fatores facilitadores de inclusão.

Pensando nessa problemática, pontua-se a importância de uma conscientização referente à criança deficiente e sua realidade imposta, que deverá partir da família, para consolidar um processo de aceitação dessa condição, para que a criança não seja alvo de uma exclusão do próprio âmbito familiar. Em resumo, Macedo e Matsumoto (2012) afirmam que o principal e mais difícil papel da família é incluir essa criança efetivamente, de maneira que não a coloque no papel de “incapaz”.

Cogitar a hipótese dos impactos da inclusão familiar sobre o processo de inclusão da criança deficiente na escola remete automaticamente aos profissionais da área, que estarão diretamente ligados ao desenvolvimento desse indivíduo. Logo, Freitas e Lazzaretti (2016) garantem que uma boa interação entre a escola, os profissionais e a família proporciona uma maior compreensão acerca das potencialidades da criança deficiente, no entanto, esse contato ainda é difícil de acontecer.

Teoricamente o processo deveria seguir princípios onde a efetiva inclusão da criança dentro da família, traria um bom desenvolvimento, garantindo uma autonomia e uma positiva inserção em outros núcleos sociais, como a escola. Concomitantemente, a instituição de ensino e a equipe, estariam prontos para lidar

com a família, com a criança, e com as questões que abrangem a inclusão. Embora essa ideia seja a mais adequada, a prática de inclusão é outra, de forma que pais, filhos, profissionais e escola se desorganizem no processo.

Macedo e Matsumoto (2012) destacam que a família como primeiro grupo social da criança tem como responsabilidade, desempenhar funções formativas que contribuam com seu desenvolvimento, sendo através desse âmbito a construção de sua identidade. Além disto, para uma adequada inclusão escolar, é necessária a participação ativa dos pais na escola e na relação com os educadores.

Apesar dos aspectos discutidos e levantados ao longo da pesquisa, certos pontos sobre o impacto da inclusão familiar de crianças com necessidades especiais sobre o processo de inclusão escolar, poderiam ser mais elaborados, trazendo outros olhares acerca da temática. Uma possível alternativa seria a realização de pesquisas de cunho quantitativo, buscando dados reais sobre essa realidade.

Por fim, a suposição de que a inclusão familiar tem forte influência sobre a inclusão escolar, pode ser respondida com exatidão, no entanto, observa-se a falta de estudos referentes a importância dessa relação. O que se encontra são pesquisas independentes sobre a temática, ignorando o fato de serem processos que deveriam ser pensados juntos, para eventuais soluções que possam contribuir com esse contexto de forma prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família e escola são os primeiros contextos sociais de que a criança fará parte, ambos contribuindo e influenciando em sua formação como sujeito. A família colabora com o processo de socialização, proteção e desenvolvimento do eixo afetivo, social e cognitivo, enquanto a escola contribui na construção de conhecimento, através do ensino-aprendizagem. É necessário que a família e a escola consigam trabalhar juntas (FREITAS; LAZZARETTI, 2016).

Compreende-se que essa relação entre família e escola tem forte influência sobre o processo de inclusão da criança deficiente. Dessa forma, um vínculo efetivo entre esses núcleos poderá ser facilitador para inclusão dessa criança (CIA; MATURANA, 2015).

Pensando nessa relação, este trabalho buscou compreender quais impactos o processo de inclusão familiar pode gerar sobre a inclusão escolar de crianças deficientes. Refletir sobre essa temática é trilhar um caminho acerca dos benefícios que o elo entre família e escola pode acarretar na criança deficiente, cooperando em sua inserção ao meio familiar, escolar e social. Além disso, poder voltar o olhar para as potencialidades e habilidades do sujeito, ao invés de limitar sua capacidade a uma deficiência.

À vista disso, a pesquisa procurou entender a maneira que a família vai lidar com o deficiente, desde seu nascimento até todo seu desenvolvimento. A forma pela qual passam pelo processo implicará na construção subjetiva desse indivíduo, dessa forma, a inclusão familiar tem grande influência sobre os outros meios de inclusão social, uma vez que a maneira da família acolher o deficiente poderá influenciar satisfatoriamente ou não todo o desenvolvimento (SALES, 2017).

De acordo com Amorim, Roriz e Rossetti-Ferreira (2005), a inclusão pressupõe a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade. Dito isto, notou-se que a escola deverá se adequar e compreender os princípios de inclusão, para uma efetiva inserção das crianças deficientes no ensino regular. Contudo para que ocorra esse processo de inclusão escolar, considerando as potencialidades e capacidades da criança, é necessário apoio de profissionais, familiares e educadores preparados. Quando existe esse apoio mútuo, o todo se molda à realidade daquele tido como diferente, possibilitando uma real inclusão (ARRUDA; SILVA, 2014).

Em suma, é possível considerar a relevância em discutir a temática de maneira conjunta, relacionando os núcleos familiar e escolar como processos importantes para o desenvolvimento e inserção de crianças deficientes nos contextos em que faz parte. Todavia, mesmo que essa parceria entre família, escola, profissionais e educadores beneficie a criança e a todos envolvidos, é preciso levar em consideração os desafios e dificuldades enfrentados nesse processo de inclusão, que de certa forma vem impedindo que essa relação realmente ocorra.

Assim, considera-se fundamental discutir e refletir mais sobre essa relação, buscando uma prática de inserção familiar e escolar cada dia mais assídua.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K.S.de; RORIZ, T.M.S.de; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. **Psicologia USP**.v.16, n.3, 2005, p.167-194. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Desktop/Alguns%20artigos%20sobre%20inclus%C3%A3o/v16n3a09.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2018.
- ARRUDA, A.L.M.M; SILVA, A.P.M.da. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Roque, v.5, n.1, 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Downloads/O%20Papel%20do%20Professor%20Diante%20da%20Inclus%C3%A3o%20Escolar.pdf>. Acesso em: 21 de ago. 2018.
- ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: **garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2018.
- ARANHA, M.S.F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. São Paulo, ano XI, n.21, 2001, p. 160 - 173. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Downloads/paradigmas.pdf>. Acesso em: 09 de set. 2018.
- BAPTISTA et al. A Associação da expressão necessidades especiais ao conceito de deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.12, n.1, 2012, p. 65-71. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/11195-45557-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 de mai. 2018.
- BARBOSA, M.A.M. LEMES, L.C. Comunicando à mãe o nascimento do filho com deficiência. **Acta Paul Enferm**. v.20, n.4, 2007, p.441-445. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/08.pdf>. Acesso em 23 de mai. 2018.
- BUCHALLA, C.M; FARIAS, N. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: **Conceitos, Usos e Perspectivas**. Rev Bras Epidemiol. São Paulo, v.8, n.2, 2005, p.187-193. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/11.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2018.
- BUCHALLA, C.M; DI NUBILA, H.B.V. O papel das Classificações da OMS – CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Rev Bras Epidemiol**. São Paulo, v.11, n.2, 2008, p.324-335. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/14.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2018.
- BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais: 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. Disponível em: < http://feapaesp.org.br/material_download/325_Os%20deficientes%20e%20seus%20pais%20-%20Leo%20Buscaglia.pdf>. Acesso em: 23 de mai. 2018.

BRUM, T.Q. **Formação continuada sobre o tema educação inclusiva – perspectiva dos gestores**. Monografia (especialização lato-sensu em gestão educacional). Universidade Federal de Santa Maria do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Downloads/Brum_Thagia_Quevedo.pdf>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

CIA, F.; MATURANA, A.P.P.M. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v.19, n.2, 2015, p.349-358. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00349.pdf>. Acesso em: 14 de abri. 2018.

CIASCA, S.M. CINTRA, G.M.S. RODRIGUES, S.D.das. Inclusão Escolar: **Há coesão nas expectativas de pais e professores?** Rev. Psicopedagogia, v.26, n.79, 2009, p.55-64. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n79/v26n79a08.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2018.

FERREIRA, M.F.M.de; VICENTI, T. O processo de inclusão do aluno deficiente no ensino regular público na última década no brasil. **Revista Atitude**. v. 7, n.19, 2016, p.28-43. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Desktop/Alguns%20artigos%20sobre%20inclus%C3%A3o/RevistaAtitude2016.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2018.

FIGUEIRA, E. Conversando sobre educação inclusiva com a família. 2.ed. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://emiliofigueira.com/wp-content/uploads/2017/09/CONVERSANDO-SOBRE-INCLUS%C3%83O-COM-A-FAM%C3%8DLIA-EM%C3%8DLIO-FIGUEIRA.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2018.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. Estudos avançados. v.15, n.42, 2001, p.259-268. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Downloads/carta%20de%20paulo%20freire%20aos%20professores.pdf>. Acesso em: 24 ago. de 2018.

FREITAS, A.S.; LAZZARETTI, B. Família e Escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**. v.5, n.6, 2016, p.1-13. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/376-501-1-PB%20.pdf>. Acesso em: 17 de mar. 2018.

GARGHETTI, F.C. MEDEIROS, J.G. NUERNBERG, A.H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, v.10, p. 101-116, 2013. Disponível em: < file:///C:/Users/yara_/Downloads/994-3287-1-SM.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2018.

GLAT et al. Formação de professores na educação inclusiva: **diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Anais do XIII ENDIPE - XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife, 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/Yara/Downloads/forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%2

Ona%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20diretrizes%20políticas%20e%20 resultados%20de%20pesquisas.pdf>. Acesso em: 21 de ago. 2018.

JR, G.A.F; MESSA, A.A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 27, n. 2, 2007, p.236-245. Disponível em:<

file:///C:/Users/yara_/Downloads/Defici%C3%Aancia/Pais,%20Filhos%20e%20Deficiencia-%20estudo%20sobre%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20familiares.pdf>. Acesso em: 23 de mai. 2018.

LENINE. **Diversidade**. Universal Music: 2010. 5:03. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/lenine/diversidade/>>. Acesso em: 24 ago. de 2018.

LIMA-RODRIGUES, L; RODRIGUES, D. Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**. Curitiba, n.41, 2011, p. 41-60. Disponível em:

<file:///C:/Users/Yara/Downloads/forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20e%20inclus%C3%A3o%20como%20se%20reformam%20os%20reformadores.pdf >. Acesso em: 24 de ago. 2018.

MACEDO, A.R.R.de; MATSUMOTO, A.S. A importância da família no processo de inclusão. **Interfaces da Educação**. v.3, n.9, 2012, p.5-15. Disponível em: < <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/546/510> >. Acesso em: 19 de out. 2018.

SÁ, S.M.P.; RABINOVICH, E.P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**. v.16, n.1, 2006, p.68-84. Disponível em: <

file:///C:/Users/yara_/Downloads/Defici%C3%Aancia/Compreendendo%20a%20família%20da%20crian%C3%A7a%20com%20deficiencia%20fisica.pdf>. Acesso em: 23 de mai. 2018.

SALES, F. A influência familiar no desenvolvimento das pessoas com deficiência. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. v. 16, n. 1 e 2, 2017. Disponível em: < <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/viewFile/2360/905>>. Acesso em: 19 de out. 2018

SASSI, F. O impacto da deficiência infantil aos pais e o processo de reconhecimento desta realidade por meio do auxílio promovido pelas equipes de profissionais da saúde. **Psicologia.pt**. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0319.pdf>>. Acesso em: 01 de jun. 2018.

SILVA, T.V.da. Inclusão Escolar: **Relação Família-Escola**. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2018.